

AUTOR

Vitor de Angelo*

vitor.angelo@uvv.br

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar, Brasil). Professor do programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha (Brasil).

Saudade dos militares: os pedidos de retorno das Forças Armadas ao poder no Brasil¹

Nostalgia de los militares: las peticiones de la vuelta al poder de las Fuerzas Armadas en Brasil¹

Nostalgia for the Military: Requests for a return of the Armed Forces to power in Brazil¹

RESUMO

O artigo discute os pedidos de intervenção das Forças Armadas no contexto das manifestações de direita ocorridas em 2015 no Brasil. Para tanto, são utilizados, principalmente, dados disponíveis em *surveys* realizados naquele ano junto a manifestantes de capitais de estados da região Sudeste. As considerações presentes no artigo estão organizadas em torno de dois pontos. De um lado, a reflexão acerca da construção de uma memória positiva sobre o período da ditadura. Dessa perspectiva, o período de 1964-1985 poderia ser visto como um período cuja herança, perdida no presente, só conseguiria ser restabelecida pelos mesmos atores políticos que deixaram tal legado, no caso, os militares. De outro lado, a reflexão acerca do papel salvacionista das Forças Armadas. Desse ponto de vista, os militares poderiam ser considerados como os únicos capazes de extirpar problemas criados ou alimentados exclusiva ou quase exclusivamente pela elite política então estabelecida no poder.

RESUMEN

El artículo discute las peticiones de intervención de las Fuerzas Armadas en el contexto de las manifestaciones de derecha ocurridas en Brasil en 2015. Para ello, se utilizan, principalmente, datos disponibles en *surveys* realizados en aquel año junto a manifestantes de capitales de estados de la región Sudeste. Las consideraciones presentes en el artículo se organizan en torno a dos puntos. Por un lado, la reflexión acerca de la construcción de una memoria positiva sobre el período de la dictadura. Desde esa perspectiva, los años comprendidos entre 1964 y 1985 podrían ser vistos como un período cuya herencia, perdida en el presente, sólo podría ser restablecida por los mismos actores políticos que dejaron tal legado - en este caso, los militares. Por otro lado, la reflexión acerca del papel salvacionista de las Fuerzas Armadas. Desde ese punto de vista, los militares podrían ser considerados como los únicos capaces de extirpar los problemas creados o alimentados exclusiva o casi exclusivamente por la élite política entonces establecida en el poder.

ABSTRACT

The article discusses the requests for intervention by the Armed Forces within the context of the right-wing protests in Brazil in 2015. Therefore, data available from surveys conducted with protesters in the state capitals of the Southeast region are mainly used. The considerations in the article are organized around two points. On the one hand, a reflection is made about the construction of a positive memory about the period of dictatorship. From this perspective, the years between 1964-1985 could be seen as a period whose inheritance, lost in the present, could only be reestablished by the same political actors who left such a legacy - in this case, the military. On the other hand, we also consider the salvationist role of the Armed Forces. From this point of view, the military could be considered the only ones capable of solving the problems created or fostered exclusively or almost exclusively by the political elite in power.

1. Introdução

Em março de 2015, manifestações contra o governo Dilma Rousseff organizadas em todo o país tiveram entre suas reivindicações pedidos de intervenção militar. Os protestos aconteceram exatamente um ano depois de o golpe de 1964 ter completado meio século e apenas quatro meses após a divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A defesa de uma saída militar para a aguda crise política vivida pelo Brasil evidenciou os limites da máxima segundo a qual o conhecimento histórico teria algo a ensinar, servindo para coibir os erros do passado². Em meio ao intenso debate que se estabeleceu por ocasião dos cinquenta anos do golpe e do encerramento das atividades da CNV, poderíamos concluir, até com alguma facilidade, que o problema parece estar associado menos à falta de conhecimento factual sobre nosso passado recente e mais ao sentido que se atribui a ele quando este passado é rememorado no presente (Silva, 2002).

É certo que a ditadura brasileira não foi a mais violenta da América Latina, conforme evidenciado por Pereira (2010). Na comparação com outros países da região, como Argentina e Chile, o Brasil teve governos militares com características muito particulares, agindo, desde seus primeiros momentos, dentro de uma estrutura de legalidade, ainda que autoritária. Mesmo assim, o fato é que, tanto na teoria como na prática política, à medida em que historicamente a democracia foi sendo considerada a melhor forma de governo, a tipologia das formas de governo ficou basicamente reduzida à polaridade democracia *versus* autocracia, sendo que, no uso corrente, esta foi paulatinamente sendo substituída pelo termo *ditadura* (Bobbio, 2010). Em outras palavras, diante da oposição democracia *versus* ditadura, não haveria espaço para qualquer possibilidade de classificar o período 1964-1985 no Brasil como sendo uma *ditabrandia* (Folha de São Paulo, 17/02/2009).

Do nosso ponto de vista, isso é significativo pois os dados que mostraremos na sequência revelam que um percentual elevado de manifestantes que participaram dos protestos de 2015 declarou apoiar o regime democrático. Aceitando o argumento de que o nome “ditaduras” [passou a ser atribuído] a todos os governos que não são democracias, e que *geralmente surgiram derrubando democracias precedentes*” (Bobbio, 2010, p. 158, grifos do autor), logo, que razão haveria para os pedidos de intervenção militar por parte desses manifestantes? Por que, em sua visão, não existiria um antagonismo entre o apoio à democracia e a defesa de uma ação das Forças Armadas contra o Governo Federal? Por que o profundo conhecimento histórico que temos hoje sobre o período da ditadura não conseguiu isolar socialmente as posições políticas mais autoritárias?

Nosso propósito, com este artigo, é tecer algumas considerações que tangenciam as questões acima, refletindo sobre os possíveis significados dos pedidos de intervenção das Forças Armadas na conjuntura política brasileira recente, marcada por uma grave crise política. O texto a seguir está dividido em três partes. Inicialmente, abordaremos as manifestações contra o governo Dilma Rousseff que ocorreram em 2015. Nesta seção, reconstruiremos brevemente a conjuntura que se formou entre a reeleição de Dilma e o início do seu segundo mandato, destacando os dados dos *surveys* realizados com manifestantes presentes aos protestos de março, abril e agosto, ênfase será dada às informações provenientes da pesquisa que coordenamos no programa de pós-graduação em Sociologia política da Universidade Vila Velha no protesto de agosto em Vitória (Espírito Santo, Brasil) (Angelo, *et al.*, 2015). Pela natureza hodierna da discussão aqui empreendida, o texto se beneficia em grande medida de informações disponíveis na mídia, motivo pelo qual essas referências serão amplamente utilizadas.

PALAVRAS-CHAVE

Dilma Rousseff;
protestos; Forças Armadas; ditadura; memória

PALABRAS CLAVE

Dilma Rousseff;
protestas; Fuerzas Armadas; dictadura; memoria

KEYWORDS

Dilma Rousseff;
protests;
Armed Forces;
dictatorship;
memory

Recibido:

14.10.2017

Aceptado:

20.06.2018

2. Os protestos contra o governo Dilma Rousseff

2.1. O contexto pré-manifestações

O curto período compreendido entre a reeleição de Dilma Rousseff, em outubro de 2014, e a virada do ano, é de fundamental importância para compreender a crise política que ensejou protestos contra o Governo Federal e o Partido dos Trabalhadores (PT), logo no início do seu segundo mandato. De saída, precisamos recordar que aquela disputa eleitoral foi uma das mais competitivas da história brasileira, adotando-se o critério da margem de vitória. A diferença de votos entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, no segundo turno, foi de apenas 3,28 pontos em favor da ex-presidente. Competição eleitoral, aqui, está sendo considerada como a disputa pela preferência dos eleitores, manifesta por meio do voto (Dahl, 1997). Além disso, a eleição para presidente em 2014 ficou marcada pela contundência e aspereza das críticas e dos ataques entre os candidatos, sem precedentes desde a “histórica disputa entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello em 1989” (Amaral & Ribeiro, 2015, p. 110).

Após a morte do candidato Eduardo Campos (PSB), em 13 de agosto de 2014, e a confirmação do nome de Marina Silva, até então candidata a vice-presidente de Campos, como a nova cabeça de chapa do Partido Socialista do Brasil (PSB), as primeiras pesquisas de opinião pública revelaram a força política-eleitoral de sua candidatura. Três das principais sondagens realizadas no final daquele mês, Datafolha³, CNT⁴ e Ibope⁵, colocaram a ex-ministra numericamente em segundo lugar na disputa do primeiro turno, à frente de Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB) e atrás de Dilma Rousseff (PT), e em primeiro lugar na disputa do segundo turno.

A partir de então, a campanha eleitoral, iniciada em 19 de agosto ainda sob o clima de luto provocado pela morte de Eduardo Campos, menos de uma semana antes, foi paulatinamente se tornando mais agressiva, tanto da parte de Dilma Rousseff como de Aécio Neves⁶. Isso porque, no caso da petista, as pesquisas de opinião pública mostravam que, no segundo turno, o adversário com maior chance de ser derrotado era Aécio Neves. No caso do candidato do PSDB, as mesmas pesquisas mostravam que Dilma Rousseff passaria ao

segundo turno sem maiores dificuldades, e que a disputa para enfrentar a petista ficaria, portanto, entre ele e Marina Silva. Assim, a candidata do PSB, que se apresentava como terceira via, converteu-se no alvo comum das duas principais campanhas naquela eleição.

A campanha de *desconstrução* da candidatura de Marina Silva consistiu fundamentalmente em apontar as fragilidades, inconsistências e ambiguidades da candidata do PSB. Tanto nos debates como na propaganda eleitoral, ex-ministra passou a ser comparada a presidentes que não completaram o mandato, acusada de não valorizar a camada pré-sal do petróleo, de atender aos interesses do mercado financeiro e de renegar sua trajetória no PT, partido no qual militou por mais de vinte e cinco anos.

Na época, as críticas desferidas contra Maria Alice Setúbal, assessora da campanha de Marina, ganharam especial atenção. Isso porque Neca Setúbal, como é conhecida, é acionista minoritária e herdeira de um dos maiores bancos do país, o Itaú. No entanto, em nada, a princípio, tal fato significava um controle do capital financeiro sobre a campanha do PSB, nem tampouco um antagonismo completo dos demais candidatos em relação ao setor, cujos maiores bancos, a exemplo do Itaú, sempre figuraram na lista dos principais doadores⁷.

De todo modo, a estratégia foi exitosa, a tal ponto que, já na primeira quinzena de setembro, os percentuais de intenção de votos em Marina Silva e Dilma Rousseff tinham se estabilizado, dando início a uma tendência de recuperação da candidatura petista. A pesquisa Datafolha divulgada em 19 de setembro, a menos de um mês do primeiro turno, já mostrava a candidata do PSB com 30% dos votos, sete a menos do que Dilma Rousseff⁸. Os dados também indicavam uma leve retomada das intenções de voto em Aécio Neves. Diante disso, dali até a eleição, dado o desgaste provocado na imagem de Marina Silva, desconstrução que ameaçava até mesmo a vitória da ex-senadora num eventual segundo turno com Dilma, numa tendência que se confirmaria na semana seguinte, as atenções se voltaram para Aécio Neves, em particular a declarações que Armínio Fraga, anunciado como possível ministro da Fazenda

do tucano, concedera ao jornal *O Estado de São Paulo*, em abril de 2014. A entrevista foi usada para questionar as propostas de Aécio e o quanto um eventual retorno do PSDB ao poder representaria um retrocesso para os trabalhadores.

Em meio às críticas que vinha recebendo pela condução da política econômica, ainda durante a campanha a presidente Dilma Rousseff anunciou que substituiria o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, no cargo havia mais de oito anos, caso fosse reeleita. Logo após a vitória, contradizendo todas as críticas que fizera à proximidade de Marina Silva e Aécio Neves de nomes ligados ao mercado financeiro, Dilma escolheu como substituto de Mantega o economista Joaquim Levy, na época diretor-superintendente do *Bradesco Asset Management*, divisão de um dos maiores grupos financeiros do país.

Para os críticos à direita e à esquerda, não poderia haver maior contradição do que essa, nem sinalização mais clara de que a presidente buscava acenar para o mercado com essa indicação. Na sequência de uma série de críticas a Neca Setúbal e a Armírio Fraga, Dilma Rousseff contraditoriamente anunciaria um nome como o de Levy para a Fazenda. Àquela altura, este havia se tornado um ministério ainda mais importante face à deterioração dos indicadores econômicos e às previsões pessimistas dos agentes econômicos para ao Brasil. Não menos contraditória foi a nomeação de ministros com os quais a presidente tinha pouca ou nenhuma afinidade de propostas, ou mesmo ministros cuja trajetória política era antagônica ao encaminhamento imaginado para o segundo governo Dilma Rousseff, a exemplo de Kátia Abreu, indicada para o ministério da Agricultura; Gilberto Kassab, para Cidades; Guilherme Afif Domingos, para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa; e Cid Gomes, para a Educação.

As críticas da oposição e de aliados se avolumaram à medida em que novas decisões foram sendo anunciadas, já no início de 2015, como, por exemplo, os cortes no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), igualmente um programa-chave dos governos petistas na área da educação, e no programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec). No caso deste último, os críticos da presidente frequentemente lembravam

a cena ocorrida no último debate na TV aberta antes do segundo turno, quando, perguntada por uma espectadora presente na plateia sobre o que ela, Dilma, tinha a propor às pessoas mais velhas que, a despeito de sua experiência profissional, não conseguiam se recolocar no mercado de trabalho, tal como o ocorria na ocasião com a espectadora, a então candidata sugeriu que a eleitora poderia, por exemplo, fazer um curso do Pronatec¹⁰.

Ainda no período entre a eleição e a posse, o prosseguimento da *Operação Lava Jato*, com novas prisões, incluindo a de conhecidos empresários brasileiros, notadamente do setor da construção civil, a divulgação de informações obtidas a partir de acordos de delação premiada, como são conhecidos, apenas ajudou a radicalizar politicamente um quadro já tensionado desde o apertado resultado obtido nas urnas em outubro de 2014 pela presidente reeleita.

A sucessão de novas revelações expunha o suposto envolvimento de pessoas ligadas ao Governo Federal e ao PT com um esquema de desvios de verba pública de tal monta que parecia ter proporções inéditas na história brasileira. Tudo isso acabou alimentando as oposições ao governo, dentro e fora do plano institucional, misturando sua crítica ao que constituiria um verdadeiro aparelhamento da máquina estatal para saquear recursos públicos com o questionamento do próprio resultado das eleições, motivo pelo qual se falava, à época, que os partidos de oposição queriam disputar uma espécie de terceiro turno¹¹.

2.2. Radiografia dos protestos e dos manifestantes

Até aqui, recuperamos alguns elementos que nos parecem fundamentais para a compreensão do contexto em que ocorreram as manifestações de 2015. Sinteticamente, essa conjuntura poderia ser caracterizada pela presença e influência dos seguintes fatores: campanha eleitoral radicalizada; contradições entre as críticas da presidente a seus oponentes e o programa defendido pelo governo e suas primeiras medidas depois de reeleita; nomeação de um ministério com nomes antagônicos à orientação político-ideológica que norteava o discurso da campanha petista; agravamento do quadro econômico e das projeções dos agentes econômicos para o curto e médio

prazo; cortes em programas sociais importantes; acusações de prática de corrupção ligando desvios de verba pública na principal estatal brasileira, a Petrobrás, e pessoas próximas ao Governo Federal e ao próprio PT; e questionamento do resultado eleitoral por parte das oposições. É nesse contexto, portanto, que ocorreram os primeiros atos de protesto contra o governo Dilma Rousseff.

Foram três as principais manifestações de rua em oposição ao governo, como dissemos antes, 15 de março, 12 de abril e 10 de agosto. Ao longo do ano, outros protestos menores também ocorreram; às vezes, até mesmo sob a organização dos mesmos grupos à frente dos atos de março, abril e agosto, como o *Movimento Brasil Livre*, o *Revoltados Online* e o *Vem Pra Rua*¹². Desde o final da ditadura, em 1985, foi a primeira vez que as ruas foram ocupadas por protestos de direita (Tatagiba, Trindade & Teixeira, 2015), no quadro mais amplo da emergência de uma nova direita no Brasil, como ressaltado por trabalhos recentes (Velasco e Cruz, Kayzel & Codas, 2015).

Naturalmente, com o passar dos meses, novas questões foram entrando na agenda dos protestos. Em março, por exemplo, o recém-eleito presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, era aclamado pelos manifestantes e instado a acatar o pedido de *impeachment* contra a presidente da República que havia sido apresentado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr. e Janaína Paschoal. Em agosto, com o envolvimento de Cunha na própria investigação da *Lava Jato*, seu nome já aparecia como um dos políticos criticados pelos manifestantes em todo país; não obstante a permanência de uma postura ambígua destes em relação ao deputado, visto que dele dependeria o acolhimento do pedido de impedimento de Dilma Rousseff.

Feitas essas breves explicações, nosso foco se deterá no que as três manifestações tiveram de comum. As considerações apresentadas nessa parte do texto têm como base os *surveys* produzidos junto aos participantes dos atos em capitais da região sudeste do Brasil, São Paulo, Belo Horizonte e Vitória. As pesquisas foram realizadas por equipes da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), para o protesto de março¹³, abril e agosto¹⁴ em São

Paulo¹⁵; da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para os atos de abril¹⁶ e agosto¹⁷ em Belo Horizonte; e da Universidade Vila Velha (UVV), para a manifestação de agosto em Vitória¹⁸.

Em linhas gerais, podemos afirmar que os participantes dos protestos contra o governo Dilma Rousseff em 2015 eram, em sua maioria, do sexo masculino; tinham mais de quarenta anos, possuíam renda familiar elevada; tinham curso superior completo e/ou pós-graduação; eram eleitores e/ou simpatizantes do candidato de oposição derrotado em 2014, Aécio Neves; tinham ido às ruas para protestar contra a corrupção e pela saída da presidente Dilma Rousseff do poder; tinham pouca confiança nas instituições políticas como um todo; eram conservadores em relação a temas como legalização da maconha e do aborto; tinham opinião favorável à diminuição da maioria penal e posição contrária à política de cota em universidades públicas.

Para o que nos interessa, que é discutir os pedidos de intervenção militar, os resultados das pesquisas fornecem achados muito interessantes. No *survey* de março em São Paulo, por exemplo, 4% disseram ter ido às ruas para “apoiar a volta de um governo militar no Brasil”, sendo que, questionados sobre a importância do retorno dos militares ao poder, 37% haviam atribuído alguma importância – muito importante para 16%, importante para 10% e pouco importante para 11%. Decompondo os 26% que responderam *muito importante* e *importante* por renda, escolaridade e idade, a pesquisa realizada em São Paulo trouxe questões instigantes.

Dos que mais fortemente apoiavam um novo governo militar, 39% recebiam até dois salários mínimos e não possuíam superior completo. Em outras palavras, eram a menor parte, embora significativa, de um contingente com renda e escolaridade elevadas. No corte por idade, o *survey* indicou que a maioria (40%) dos que consideravam importante ou muito importante o retorno dos militares ao poder tinha entre 16 e 24 anos, ou seja, nasceram já no período da Nova República.

Em abril, em Belo Horizonte, 1,4% dos manifestantes disseram ter ido à manifestação para pedir “intervenção militar”. Apesar deste percentual diminuto, metade dos respondentes da pesquisa

declarou concordar total ou parcialmente com uma ação política das Forças Armadas “em caso de muita desordem”. À primeira vista, poderia parecer uma contradição o fato de 84,9% dos manifestantes declararem que a democracia “é sempre melhor do que qualquer outra forma de governo”, mas 50,5% apoiaram uma intervenção militar, voltaremos a este ponto adiante.

Na capital mineira, a maioria absoluta se declarou contrária a prerrogativas presidenciais típicas do período da ditadura, como o poder de censurar a imprensa (95,7%), fechar Congresso Nacional (91,2%), acabar com eleições (94%) ou intervir nos sindicatos (89,2%), por exemplo, numa mostra de que, a despeito do apoio à intervenção das Forças Armadas, e mesmo das críticas às instituições democráticas brasileiras, os manifestantes se alinhavam à defesa da democracia.

Dados semelhantes foram obtidos em Belo Horizonte no ato contra o governo Dilma realizado em 10 de agosto. Para 5% dos entrevistados, a principal razão para participarem do terceiro grande protesto de 2015 era o apoio à intervenção militar, quase três vezes mais do que o resultado obtido em abril. Em agosto, 13,1% achavam que o “melhor para o país” seria uma ação das Forças Armadas, perdendo apenas para o impeachment ou cassação de Dilma Rousseff, com 40,8%, e para a renúncia a presidente da República, com 36,4%.

Mais uma vez, um percentual elevado de manifestantes considerou que os militares “devem ser chamados a tomar o poder (...) em situação de muita desordem”: 18,2% disseram concordam totalmente com esta ideia, enquanto 28,6% concordaram parcialmente, apenas 3,65% a menos do que no *survey* de abril. Na mesma direção, em São Paulo, no mês de agosto, 28,20% dos manifestantes afirmaram que “uma boa solução para a crise seria entregar o poder aos militares”.

A pesquisa que coordenamos em Vitória¹⁹ também buscou aferir o apoio dos manifestantes à intervenção militar e ao regime democrático como um todo, visto que, a princípio, os dois elementos poderiam se contradizer. Assim como nas pesquisas realizadas em São Paulo e Belo Horizonte, foi elevado o apoio à democracia verificado junto aos participantes do ato na capital capixaba. Para

73,77% dos entrevistados, “a democracia sempre é a melhor forma de governo”, contra apenas 2,46% que disseram ser indiferentes a ter ou não de um regime democrático.

No entanto, os percentuais se inverteram quando perguntados sobre o grau de satisfação com a democracia existente no Brasil. Enquanto 3,01% dos manifestantes disseram estar muito satisfeitos e 15,85%, satisfeitos, 80,5% fizeram ressalvas ao regime democrático brasileiro, considerado regular por 22,40%, satisfatório por 29,51% e muito satisfatório para 28,14 dos entrevistados. Confrontados com a possibilidade de um retorno dos militares ao poder, menos da metade declarou ser “totalmente contra” um governo militar, sendo que 23,5% disseram ser favoráveis sob alguma circunstância e 14,21%, “totalmente favorável”. As Forças Armadas, aliás, foram a segunda instituição com maior confiança entre os manifestantes, com 34,43% dizendo confiar muito nos militares, 0,27% a menos que a Igreja. Em compensação, foi de 0,27% também o percentual dos que disseram ter “muita confiança” em instituições tipicamente democráticas, como o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras de Vereadores.

Ao isolarmos os 14,21% totalmente favoráveis a uma ação dos militares e decompormos este percentual por faixa etária, a fim de verificar qual a idade dos que se alinhavam tão abertamente a favor do retorno das Forças Armadas ao poder, o interessante a ser observado é que, semelhantemente à pesquisa de março realizada em São Paulo, um grande grupo de apoiadores de uma intervenção militar era formado, em Vitória, por pessoas que tinham entre 26 e 30 anos. Em outros termos, cidadãos nascidos depois do fim da ditadura, e que, portanto, não haviam vivido os “anos de chumbo” representados pelo período eram justamente os que, em grande proporção (21,3%), apoiavam totalmente um novo governo militar. Ao mesmo tempo, 23,7% dos que responderam estar totalmente de acordo com a volta das Forças Armadas ao poder tinham mais de cinquenta anos, ou seja, tinham vivido o período mais repressivo da ditadura brasileira.

Os dados não nos permitem aprofundar a análise do perfil desse grupo. Por exemplo, faltam elementos para aferir se este contingente de mais

de cinquenta anos teve militância política nos anos 1970 ou mesmo se viveu num grande centro urbano, como São Paulo ou Rio de Janeiro, onde a estrutura repressiva atuou mais fortemente naquele período. De qualquer forma, a simples presença de um apoio maciço aos militares em dois grupos tão diferentes, um, nascido após a ditadura; outro, em sua fase mais fechada, já nos permite tecer algumas reflexões sobre os dados obtidos neste *survey*. (Imagem 1 e Imagem 2).

Antes de prosseguir, gostaríamos de retomar uma questão pela qual passamos anteriormente, que é o aparente antagonismo entre o apoio aos militares e a defesa da democracia. Votamos a esse ponto pois, da nossa ótica, ele ajuda a fundamentar melhor as reflexões a seguir. Usaremos os dados da pesquisa que fizemos em Vitória para explicar nosso argumento. Como já dito, 2/3 dos manifestantes consideraram a democracia como sendo a melhor forma de governo. No entanto, quando solicitados a explicitar sua opinião sobre o regime democrático no Brasil, também 2/3 declararam ter alguma crítica, em menor ou maior extensão, à democracia no país.

Paralelamente, como também já mostramos, as Forças Armadas eram uma das instituições que mais gozava de apoio entre os participantes do protesto de agosto em Vitória. Somando-se esses dados a outras informações trazidas pela pesquisa, que revelam a oposição dos manifestantes ao PT, ao presidente Lula e ao governo Dilma Rousseff, não seria exagerado pensar que, na avaliação dos entrevistados, embora a democracia fosse a melhor forma de governo, ela se encontraria

ameaçada pelas pessoas e instituições a quem os manifestantes mais duramente dirigiam suas críticas. Aqui, as Forças Armadas podem aparecer como uma espécie de fiador do regime democrático, ou, como no período pré-1964, como um poder moderador (Carvalho, 2005) a arbitrar sobre as disputas políticas.

Não é em outro sentido, por exemplo, que em várias cidades onde ocorreram manifestações contra o governo Dilma Rousseff em 2015 podemos notar faixas e palavras-de-ordem pedindo “intervenção militar democrática” (ou, sem sua variante, “intervenção constitucional”), com base no art. 142 da Constituição de 1988. Embora, presumivelmente, os manifestantes que reivindicaram esse artigo para fundamentar suas posições estivessem atentos à função de “defesa da Pátria” e “à garantia (...) da lei e da ordem” por parte da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, o fato é que, no mesmo artigo, a Constituição é bastante clara ao dizer que as Forças Armadas só poderiam exercer esse papel “sob a autoridade suprema do Presidente da República” (Brasil, 1988). Desta forma, do ponto de vista lógico, não seria possível aos militares promoverem uma intervenção de conteúdo democrático, visto que, para a derrubada da presidente Dilma, precisariam descumprir o que dispõe o próprio artigo em que se fundamentam os asseclas da intervenção.

3. O apoio à intervenção militar no Brasil

3.1. A memória positiva acerca da ditadura



Imagem 1. Pedido de intervenção com base no art. 142 da Constituição (Brasília, abril de 2015).
Fonte: Recuperado de [www.folhaonline.com.br]. Consultado [29-12-2015].



Imagem 2. Pedido de “intervenção constitucional” (Vitória, agosto de 2015).
Fonte: Acervo pessoal.

A primeira reflexão sobre o apoio à ação política das Forças Armadas poderia ser formulada nos seguintes termos: os que, em 2015, defenderam uma ação política dos militares tinham uma memória positiva acerca da ditadura e de suas realizações. Nesse sentido, teria sido como se, entre 1964 e 1985, houvéssemos vivido um período cuja herança, perdida no presente, só poderia ser restabelecida pelos mesmos atores políticos que nos deixaram tal legado, no caso, os militares.

No contexto de 2015, o principal, mas não o único, fator associado às Forças Armadas, como se pode depreender das perguntas feitas em alguns *surveys*, foi a capacidade de estabelecer a ordem interna, numa conjuntura em que os apoiadores dos militares, como já discutimos antes, viam o regime democrático ameaçado pela elite política no poder, especialmente pela fração ligada ao PT e à sua gestão à frente do governo federal. Para refletir sobre esse ponto, retomamos, aqui, um trabalho anterior (Fagundes & Angelo, 2014) em que discutimos a memória sobre a ditadura no estado do Espírito Santo.

A interpretação segundo a qual os “anos de chumbo” também representaram “anos de ouro” já foi observada por Reis Filho (2000, p. 59), para quem, “o milagre, embora gerando desigualdade de todo o tipo, sociais e regionais, fora capaz de beneficiar, de modo substantivo, muitos setores modernos”. Análises mais recentes publicadas por ocasião dos cinquenta anos do golpe continuaram a destacar o que teria sido o lado positivo da ditadura.

Este é o caso do já citado Villa (2014), obra sugestivamente intitulada *Ditadura à brasileira*, na qual o autor sustenta a ideia de que o regime autoritário brasileiro não teria tido a mesma natureza e sentido que seus contemporâneos na América Latina. Assim, Villa (2014, p. 11) propõe uma outra periodização para os anos de 1964 a 1985. Segundo o autor, “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o Ato Institucional nº 5, AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no mais”, nem tampouco “os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais de 1982”.

Nesta ditadura mais curta, de 1968 a 1979, o autor

ênfatisa o êxito dos militares no enfrentamento dos pontos de estrangulamento da economia, na ampliação da fronteira econômica para a região amazônica e na transformação do país em potência agrícola, no apoio ao cinema nacional e na expansão da pós-graduação. Apesar das ressalvas, no sentido de que tais conquistas ocorreram às custas de danos ao meio ambiente, corrupção, centralização política e repressão, é justamente a interpretação positiva da ditadura brasileira um dos elementos que permite a Villa diferenciá-la de regimes autoritários como os do Chile e da Argentina, por exemplo. (Imagem 3).

Interpretações diferentes a respeito de um mesmo acontecimento ou processo histórico são próprios da natureza seletiva e heterogênea da memória. Entendida com a presença ativa do passado no presente, a fim de atribuir a este um significado e um sentido, a memória trabalha em meio à lembrança e ao esquecimento, ligando um tempo histórico já vivido a outro ainda em curso (Gondar & Dobedei, 2005). Assim, a memória possui não apenas uma dimensão coletiva, no sentido de que existem contextos sociais, com materialidade própria, que permitem a lembrança do passado no presente (Halbwachs, 2006), mas também uma forte dimensão identitária, visto que sua natureza coletiva organiza práticas e discursos de determinados grupos ou setores da sociedade que atribuem significados e sentidos específicos ao passado e ao presente (Pollak, 1989).

Consequentemente, não podemos nem falar em memória, no singular, mas em memórias, no plural (Joutard, 2013), a fim de colocar em relevo a concorrência entre interpretações do passado feitas no presente – muitas vezes, conflitantes entre si.



Imagem 3. Cartaz, em inglês, pedindo que Forças Armadas salvem de novo o Brasil do comunismo. Fonte: Grupo Pesquisadores da Ditadura Militar. Recuperado de [www.facebook.com]. Consultado [29-12-2015].

Nessa disputa de memórias, cada indivíduo e cada coletividade produz determinadas imagens sobre o passado que nunca são exatamente iguais aos fatos tal como ocorreram (Rouso, 2006).

Por isso, quando alguns sustentam que o golpe já é história para a maioria dos brasileiros, argumentando que “apenas 1 em cada 5 brasileiros de hoje estava vivo quando o golpe militar derrubou o presidente João Goulart”, sendo que “os outros 90%, se sabem do golpe, é porque leram no livro de História”²⁰, o dado subestimado, aqui, é a capacidade não da história, mas da memória, manter vivo esse passado recente e atribuir-lhe um sentido, no caso, uma memória positiva.

Parece-nos que é justamente isso o que ocorreu em 2015 com parte dos manifestantes. Retomando um dado já apresentado, poderíamos inferir que os mais novos, que apoiam totalmente uma intervenção militar, fazem-no por não terem vivido a ditadura; e os mais velhos, por terem vivido aqueles anos sem se sentirem vítimas diretas da repressão, guardando daquele período aspectos positivos, como o respeito à família, à moral cristã e a manutenção da ordem, além da suposta inexistência de corrupção. Nos dois casos, portanto, emerge uma lembrança edulcorada sobre o que, para outros tantos, constituíam “anos de chumbo”, ao invés de “anos de ouro” (Reis Filho, 2000).

No caso do Espírito Santo, por exemplo, uma memória positiva a respeito das mudanças políticas, econômicas e sociais vividas pelo estado entre as décadas de 1960 e 1980 conseguiu se impor sobre o conjunto de outras visões divergentes sobre o mesmo período histórico. Essa memória positiva da ditadura tem como argumento central os efeitos dos chamados *Grande Projetos Industriais* para a economia estadual.

Os *Grandes Projetos Industriais* começaram a ser implementados no governo biônico de Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975), num momento da história capixaba marcado por amplas mudanças em sua estrutura econômica. A decadência das atividades produtivas tradicionais, com a erradicação dos cafezais, e a implantação de grandes complexos indústrias no estado foram processos simultâneos e articulados (Siqueira, 2001). Um dos marcos dessa nova fase foi o início das

atividades do Porto de Tubarão da Companhia Vale do Rio Doce, em abril de 1966, evento que contou, inclusive, com a presença do então presidente da República, general Humberto Castello Branco, em Vitória.

Os efeitos positivos dos *Grandes Projetos Industriais* são lembrados e reivindicados por diversos setores da sociedade. Entretanto, a herança perversa dessa industrialização acelerada tende a ser esquecida por esses mesmos grupos. Os trabalhos que analisam os desdobramentos sociais da modernização do complexo industrial capixaba indicam a conformação de uma série de problemas que afetaram diretamente a Grande Vitória no período da ditadura, a exemplo da ocupação desordenada do espaço urbano e da acentuação das desigualdades regionais, além daqueles causados pela inexistência de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança e transporte coletivo (Siqueira, 2001).

Apesar disso, prevalece na memória de determinados setores da sociedade, notadamente no meio empresarial e político, uma versão positiva sobre os fatos e acontecimentos que marcaram a história recente Espírito Santo. Numa demonstração da seletividade da memória, essa interpretação do passado enfatiza apenas os efeitos positivos do processo de industrialização capixaba, mobilizando uma série de imagens – as taxas de crescimento econômico, a presença de empresas multinacionais no estado, a internacionalização do Espírito Santo, que atestariam essa leitura do passado.

No presente, a memória construída pelos grupos que apoiaram a ditadura foi herdada por segmentos e entidades empresariais num processo de construção de uma espécie de memória do triunfo. Nessa versão, que procura hegemonizar o debate sobre o significado do passado capixaba, a memória da década de 1970 é apresentada sempre em tom de celebração.

3.2. O papel salvacionista das Forças Armadas

O segundo eixo de reflexão a respeito dos pedidos de intervenção militar no Brasil poderia ser formulado da seguinte forma: aqueles que, em 2015, defenderam uma ação política dos militares

tinham em vista que tão somente as Forças Armadas poderiam acabar com os problemas que, em sua avaliação, são criados ou alimentados exclusiva ou quase exclusivamente pelos que estavam à frente do governo brasileiro.

Como sabemos, o PT e a própria Dilma Rousseff são direta (no caso da presidente) e indiretamente (no caso do PT, por intermédio de vários de seus militantes) ligados à luta contra a ditadura. Assim, poderíamos inferir que a chegada da esquerda ao poder talvez representasse, na visão dos que defendem a ação dos militares, a derrota ou a incompletude do propósito “saneador” que motivara a intervenção das Forças Armadas em 1964. As práticas políticas dos integrantes do governo Dilma Rousseff e do PT apenas indicariam, dessa perspectiva, que as Forças Armadas seriam as únicas capazes de corrigir os graves problemas nacionais ligados ao sistema político brasileiro, corrupção, caixa dois, patronagem, dentre outros.

No caso da corrupção, mostramos recentemente (Angelo, 2017) como os protestos de 2015 tiveram um viés nitidamente anti-governo e anti-PT. Com efeito, os manifestantes que foram às ruas protestar contra a corrupção, em grande medida, reduziam essa prática aos governos Lula e Dilma, sendo ambos considerados os mais corruptos da história brasileira, segundo pesquisas de opinião com os manifestantes. Já os governos militares, por outro lado, pouco eram associados à corrupção, de tal modo que não seria contraditório, no contexto atual da política brasileira, pensar numa intervenção das Forças Armadas como forma de restabelecer um certo tipo de governo com elevado padrão ético – outra representação da memória positiva sobre o período 1964-1985.

Ao mesmo tempo, devemos considerar a relação entre a grande imprensa e o PT e o tipo de enquadramento feito por veículos de mídia em relação ao partido. Em trabalho recente, Azevedo (2017) demonstrou como as representações do PT como sendo um “partido ideologicamente negativo” e um “partido corrupto” historicamente dominaram as manchetes e os editoriais dos principais diários brasileiros, em especial a partir de 2002, com a eleição de Lula para presidente. Para o autor, “o antipetismo tem precedentes históricos, na medida em que reitera, com notável continuidade,

posições assumidas no passado, ao lado de liberais e conservadores, de combate às correntes alinhadas ao nacional-desenvolvimentismo, às políticas, distributivas, ao estatismo e ao intervencionismo estatal na economia” (Azevedo, 2017, pp.167-168).

Assim, o viés anti-petista da cobertura política da grande imprensa ajudou a recuperar, no presente, os mesmos elementos associados ao contexto dos anos 1950-1960 no enquadramento dos governos Getúlio Vargas e João Goulart: populismo, radicalismo e corrupção²¹. Já naquele contexto, a ação das Forças Armadas era vista como alternativa de combate a esses elementos (Carvalho, 2005), o que torna compreensível o chamamento a uma nova intervenção militar nos dias atuais.

Em 2004, por ocasião dos quarenta anos do golpe, Delgado (2004) propôs uma divisão dos trabalhos produzidos até então com o propósito de explicar as causas da intervenção das Forças Armadas na ordem institucional em 1964. Se considerarmos válidas as classificações interpretativas propostas pela autora, poderíamos explicar o golpe civil-militar a partir de quatro perspectivas diferentes: (1) pela crise estrutural-funcionalista da sociedade brasileira, (2) pela conspiração de grupos e instituições nacionais e estrangeiras, (3) pelas características específicas da conjuntura pré-1964 e o desapego à democracia por parte da direita e da esquerda brasileira; e (4) pelo caráter preventivo da intervenção militar.

Segundo essa última perspectiva, que é a que mais nos interessa para a discussão feita neste artigo, a intervenção militar aparece como um contra-golpe de caráter preventivo em relação a um possível golpe de esquerda, interpretação que se tornou recorrente na memória militar sobre 1964, onde o movimento que derrubou João Goulart passou a ser visto como uma revolução²² (D’Araujo, Castro & Soares, 1994). Os representantes dessa corrente teórica e historiográfica dão destaque ao fato de que o golpe impediu a transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada, com a incorporação de amplos setores da sociedade brasileira à política.

Nesse sentido, suas análises destacam a crescente radicalização decorrente da luta de classes travada no período pré-1964, resultante, por sua vez, de

fatores diversos, tais como a intensa mobilização popular, o fortalecimento do movimento operário e camponês e a plataforma popular adotada pelo presidente em seus últimos meses de governo (com destaque para as reformas de base), mas também a ação de setores conservadores da sociedade que temiam o avanço da democracia. (Imagem 4 e Imagem 5).

Assim é que o golpe de 1964, bem como a ditadura como um todo, aparece em parte da historiografia como um longo interregno na história recente do Brasil que visou extirpar qualquer ameaça à ordem, aos valores cristão e ao estabelecimento de uma república sindicalista ou mesmo de um regime à moda de Cuba. Ao analisar a dinâmica de poder dentro da caserna e suas repercussões institucionais, com a prevalência, já no início da ditadura, da chamada “linha dura”, Fico (2004) sustenta que o controle dos duros sobre o processo político-institucional foi possível graças à adesão de setores importantes das Forças Armadas à chamada “utopia autoritária”. Em outros termos, acreditava-se, à época, que seria possível “eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, ‘subversão’, ‘corrupção’) tendo em vista a inserção do Brasil no campo da ‘democracia ocidental e cristã’” (Fico, 2004, p. 34).

Nas três principais manifestações contra o governo Dilma Rousseff, em 2015, o radicalismo de alguns participantes dos atos foi uma característica facilmente notada. Em cartazes como os que são apresentados nas Imagens 4 e 5, manifestantes questionavam justamente o que poderia ser visto como uma “limitação saneadora” da ditadura. Afinal, tendo sido o golpe um contra-golpe a impedir a tomada do poder pela esquerda radical, em seus mais diferentes matizes, a sobrevivência desses grupos políticos e, o que seria pior, dessa perspectiva, sua chegada ao poder, nos anos 2000, representariam um certo fracasso dos propósitos das Forças Armadas em realizar sua utopia autoritária. Nesse sentido é que também poderíamos entender as razões de manifestantes irem às ruas questionar o porquê de Dilma Rousseff não ter sido enforcada pela repressão (Imagem 4) ou mesmo de o golpe não ter matado a todos (Imagens 5). Está implícito, nesse caso, que todos se referem àqueles vistos em 1964 e em 2015 como uma ameaça à democracia e aos valores que

os atuais manifestantes atribuem a esse regime político.

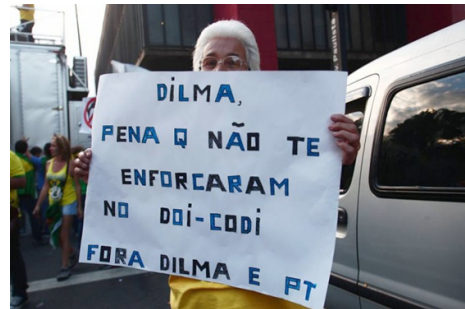


Imagem 4. Manifestante questiona por que Dilma não foi morta pela ditadura (São Paulo, 2015).
Fonte: Grupo Pesquisadores da Ditadura Militar. Recuperado de [www.facebook.com]. Consultado [29-12-2015].



Imagem 5. Cartaz perguntando por que “não mataram todos em 1964” (2015).
Fonte: As imagens que mais chamaram a atenção dos protestos de domingo. Recuperado de [http://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html]. Consultado [29-12-2015].

NOTAS

¹ Este artigo tem como base o trabalho apresentado no 13th International Congress of the Brazilian Studies Association (BRASA), Brown University, Providence, 31 de março a 2 de abril de 2016. O texto faz parte do projeto temático Instituições, memória e sociedade, desenvolvido no programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha.

² Assumimos a posição de que a ditadura foi um erro histórico, em razão de tudo o que está demonstrado no relatório da CNV, dentre tantos exemplos possíveis. Todavia, é sabido que muitos destacam o lado positivo que os governos militares teriam tido (Cf. Villa, 2014). Este é um ponto ao qual voltaremos a seguir para refletir sobre a permanência de uma certa memória positiva da ditadura.

³ Datafolha aponta empate técnico entre Marina Silva e Aécio Neves. Recuperado de [http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-08/datafolha-aponta-empate-tecnico-entre-marina-silva-e-aecio-neves]. Consultado [29/12/2015].

⁴ Pesquisa CNT: Dilma tem 34,2% das intenções de voto; Marina, 28,2%; e Aécio, 16%. Recuperado de [http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-08/pesquisa-cnt-dilma-tem-34-2-das-intencoes-de-voto-marina-28-2-e-aecio-16]. Consultado [29/12/2015].

⁵ Ibope: Dilma tem 34% das intenções de voto; Marina, 29% e Aécio, 19%. Recuperado de [http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-08/ibope-dilma-tem-34-das-intencoes-de-voto-marina-29-e-aecio-19]. Consultado [29/12/2015].

⁶ Recuperado de [https://istoe.com.br/378363_PT+E+PSD B+FOCAM+CAMPANHA+EM+DESCONSTRUIR+MARINA]. Consultado [27/04/2018].

⁷ Dos pouco mais de R\$ 26 milhões doados em 2014 a candidatos a diferentes cargos eletivos, o banco Itaú, sozinho, repassou R\$ 4 milhões para a campanha de Dilma Rousseff e mais R\$ 4 milhões para a candidatura de Aécio Neves. Dados disponíveis em [http://inter01.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/resumoReceitasByCandidato.action]. Consultado [29/12/2015].

⁸ Dilma abre vantagem sobre Marina; Aécio esboça reação. Recuperado de [http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1518332-dilma-abre-vantagem-sobre-marina-aecio-esboça-reação.shtml]. Consultado [29/12/2015].

⁹ “Gasto público deveria ser limitado por uma lei”, diz Armínio Fraga. Recuperado [http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,gasto-publico-deveria-ser-limitado-por-uma-lei-diz-arminio-fraga,181922e]. Consultado [29/12/2015].

¹⁰ Antes vitrine de Dilma, Pronatec agora vira curso “indiferente” para o governo. Recuperado de [http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1686215-antes-vitrine-de-dilma-pronatec-agora-vira-curso-indiferente-para-o-governo.shtml]. Consultado [27/04/2018].

¹¹ Sobre este ponto, basta lembrarmos que, em 30 de outubro de 2014, o PSDB ingressou com um pedido junto ao Tribunal

Superior Eleitoral para que a lisura do resultado da eleição presidencial fosse auditada pelo TSE.

¹² Para mais detalhes sobre os organizadores, ver [http://brasil.eipais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html]. Consultado [30/12/2015].

¹³ Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/0B_X0JJgtT4-RTG9Ja2R1b1FpdXc/view]. Consultado [28/12/2015].

¹⁴ Recuperado de [http://www.lage.ib.usp.br/manif/]. Consultado [29/12/2015].

¹⁵ Recuperado de [https://gpopai.usp.br/pesquisa/]. Consultado [29/12/2015]. Para a pesquisa realizada em agosto, o survey também contou com a participação de pesquisadores da Fundação Open Society.

¹⁶ Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/0B1_d2uNS-ZSvLURXdTdiSTNLY3M/view]. Consultado [29/12/2015].

¹⁷ Recuperado de [https://drive.google.com/file/d/0Bw3seZUv__5uWmdBemhsOGE1SnM/view]. Consultado [29/12/2015].

¹⁸ Recuperado de [http://www.uv.br/edital_doc/relatorio%20survey%20manifestacao%2016.08%20-%20FINAL_cba51022-5e83-4284-bde6-9c397e514938.pdf]. Consultado [29/12/2015].

¹⁹ A pesquisa foi realizada por meio de amostra não-probabilística segmentada por setores delimitados no local da concentração da manifestação. Foram realizadas 366 entrevistas, com margem de erro de 5,5% para mais ou para menos, e confiabilidade de 95%. O questionário aplicado no survey, dividido em dois blocos (perfis sociais e percepções políticas), continha questões fechadas e abertas, e variáveis quantitativas e qualitativas. Os dados coletados passaram primeiramente por uma análise de consistência, sendo, em seguida, codificados e inseridos em planilha computacional. Para o gerenciamento e a análise do banco de dados, foi utilizado o software *Sphinx*.

²⁰ Para 90% dos brasileiros, golpe de 64 é história. *Estado de São Paulo*, 28/03/2014.

²¹ Além dessas representações vinculadas a uma memória específica das lutas políticas dos anos 1950-1960 e associadas, na atualidade, pela grande mídia, essencialmente ao PT, destacamos o anticomunismo como outro “pacote interpretativo” (Azevedo, 2017) mais especificamente ligado à pessoa de Dilma Rousseff. A esse respeito, destacamos o caso da ficha falsa da ex-presidente produzida pelo DOPS e publicada pelo jornal *Folha de São Paulo* em abril de 2009. O documento relatava a suposta participação de Dilma Rousseff em ações de guerrilha durante a ditadura.

²² Na historiografia crítica da ditadura e também na memória da esquerda brasileira, o golpe de 1964 foi chamado, na verdade, de contra-revolução, indicando que revolução seria aquela a ser feita pelas organizações e partidos mais à esquerda, armados ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, O. E do & Ribeiro, P. F. (2015). Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. *Revista de Sociologia e Política*, 23(56), 107-123.
- Angelo, V. (2017). Corrupção, velha senhora. In M. del Priori & A. Muller (Orgs.). *História dos crimes e da violência no Brasil* (pp. 345-377). São Paulo: Editora da UNESP.
- Angelo, V. de et al. (2015). *Manifestação 16/08: perfil e percepções dos manifestantes em Vitória (ES)*. Vila Velha: PPGSP/UVV.
- Azevedo, F. A. (2017). *A grande imprensa e o PT (1989-2014)*. São Carlos: EdUFSCar.
- Bobbio, N. (2010). *Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Carvalho, J. M. de. (2005). *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dahl, R. A. (1997). *Poliarquia*. São Paulo: Edusp.
- D'Araujo, M. C. (2015). Taking stock (with discomfort) of the military dictatorship fifty years after the 1964 coup: a bibliographical essay. *Brazilian Political Science Review*, 9(3), 143-163.
- D'Araujo, M. C.; Castro, C. & Soares, G. A. D. (Orgs.). (1994). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964* (2ª ed). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Delgado, L. de A. N. (2004). 1964: temporalidade e interpretações (15-28). In D. A. Reis Filho, M. Ridenti & R. P. S. Motta (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC.
- Fagundes, P. E. & Angelo, V. de. (2014). Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política (172-195). In P. E. Fagundes, U. J. de Oliveira & V. de Angelo (Orgs.). *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM.
- Fico, C. (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, 24(47), 29-60.
- Fico, C. (2017). *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. Tempo e Argumento, 9, 5-74.
- Gondar, J. & Dobedei, V. (Orgs.). (2005). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Halbwachs, M. (2006). *A memória coletiva* (2ª ed). São Paulo: Centauro.
- Joutard, P. (2013). *Histoire et mémoires, conflits et alliance*. Paris: La Découverte.
- Pereira, A. W. (2010). *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, 2(3), 3-15.
- Reis Filho, D. A. (2000). *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rouso, H. (2006). A memória não é mais o que era. In M. de M. Ferreira & J. Amado (Orgs.). *Usos & abusos da história oral* (8ª ed.), 93-101. Rio de Janeiro: FGV.
- Singer, P. (2003). Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, 97, pp. 23-40.
- Silva, H. R. da. (2002). "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*, 22(44), 425-438.
- Siqueira, M. da P. S. (2001). *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória – 1950-1980*. Vitória: EdUFES.
- Tatagiba, L., Trindade, T. & Teixeira, A. C. C. (2015). Protestos à direita no Brasil (2007-2015) (197-212). In S. Velasco e Cruz, A. Kayzel & G. Cotas (Orgs.). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Villa, M. A. (2014). *Ditadura à brasileira*. São Paulo: LeYa.
- Velasco e Cruz, S., Kayzel, A. & Cotas, G. (Orgs.). (2015). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.